

ADS ER EÓLICA CORREDOR DO SENANDES III S.A.

CNPJ/MF nº 14.492.568/0001-81

BALANÇOS PATRIMONIAIS				
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E 1º DE JANEIRO DE 2021				
<i>(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</i>				
Ativo circulante	Nota	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.263	6.885	3.324
Contas a receber de clientes	6	3.473	5.696	6.139
Impostos a recuperar		51	80	63
Outros créditos	7	1.947	1.164	106
Total do ativo circulante		12.734	13.825	9.632
Ativo não circulante				
Títulos e valores mobiliários	8	3.514	2.857	2.683
Depósito judicial	13	224	4	4
Direito de uso de ativos	9	1.338	1.397	1.455
Imobilizado	10	56.574	60.234	63.889
Intangível	11	2.039	2.213	2.388
Total do ativo não circulante		63.689	66.705	70.419
Total do ativo		76.423	80.530	80.051
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	12	4.997	4.966	4.967
Fornecedores		46	205	85
Passivo de arrendamento	9	352	196	186
Imposto de renda e contribuição social a recolher		73	61	76
Dividendos a pagar	5/14	975	1.319	143
Partes relacionadas	5	-	127	1.112
Outras contas a pagar		-	964	146
Total do passivo circulante		6.621	8.018	6.855
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	12	32.810	37.394	42.219
Passivo de arrendamento	9	1.121	1.305	1.340
Provisão para contingências	13	156	-	128
Total do passivo não circulante		34.087	38.699	43.687
Patrimônio líquido	14			
Capital social		29.038	29.038	29.038
Reserva legal		580	390	112
Reserva de lucros		6.097	4.385	359
Total patrimônio líquido		35.715	33.813	29.509
Total do passivo e patrimônio líquido		76.423	80.530	80.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS: A ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Rio Grande - RS, constituída em 13 de outubro de 2011, a qual foi adquirida pelo Grupo NC em 29 de dezembro de 2017 e tem como objeto social: (a) receber outorga de autorização pelo Ministério de Minas e Energia (MME) para estabelecer-se como produtor independente de energia; (b) desenvolver estudos, projetar, implantar, construir, operar, manter e explorar o empreendimento de geração de energia elétrica de fonte eólica denominado "Corredor do Senandes III" ("Corredor do Senandes III" ou "Projeto"); (c) comercializar a energia gerada pelo empreendimento; e (d) celebrar Contrato de Energia de Reserva relativo a energia negociada no âmbito do Leilão no 03/2011. O projeto possui capacidade instalada de 27,0 MW, tendo sido vencedor do Leilão de Energia de Reserva ("LER") realizado em 18 de agosto de 2011 ("LER 2011"), comercializando 13,2 MWm, pelo prazo de 20 anos. O Projeto faz parte do Complexo Corredor do Senandes ("Complexo"), constituído por 04 parques eólicos, que totaliza capacidade instalada de 108,0 MW, tendo comercializado 50,5 MWm no LER 2011. Esses parques compartilham a mesma subestação e linha de transmissão. O parque da Companhia é composto por 10 aerogeradores no total, todos em plena operação. O projeto está autorizado, pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a operar como produtor independente de energia elétrica até o ano de 2047. A Com-

Ativo	31/12/2021		Reapresentado	01/01/2021		Reapresentado
	Originalmente apresentado	Ajustes		Originalmente apresentado	Ajustes	
Total do ativo	13.825	-	13.825	9.632	-	9.632
Ativo não circulante						
Direito de uso de ativos	-	1.397	-	1.455	-	1.455
Outros ativos não circulantes	65.308	-	65.308	68.964	-	68.964
Total do ativo não circulante	65.308	1.397	66.705	68.964	1.455	70.419
Total do ativo	79.133	1.397	80.530	78.596	1.455	80.051
Passivo e patrimônio líquido						
Passivos de arrendamento	-	196	-	186	-	186
Outros passivos circulantes	7.822	-	7.822	6.669	-	6.669
Total do passivo circulante	7.822	196	8.018	6.669	186	6.855
Passivos de arrendamento	-	1.305	-	1.340	-	1.340
Outros passivos não circulantes	37.394	-	37.394	42.347	-	42.347
Total do passivo não circulante	37.394	1.305	38.699	42.347	1.340	43.687
Prejuízos acumulados	4.281	104	4.385	430	71	359
Outros itens do patrimônio líquido	29.428	-	29.428	29.150	-	29.150
Total Patrimônio líquido	33.709	104	33.813	29.580	71	29.509
Total do passivo e patrimônio líquido	78.925	1.605	80.530	78.596	1.597	80.051

b) Demonstração de resultado:

	31/12/2021			Reapresentado	01/01/2021			Reapresentado
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	
Receita operacional líquida	15.578	-	15.578	-	-	-	-	
Custo dos imoveis vendidos	(5.937)	232	(5.705)	-	-	-	-	
Lucro bruto	9.641	232	9.873					
Recargas/(despesas) operacionais	(561)	-	(561)	-	-	-	-	
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	9.080	232	9.312					
Resultado financeiro	(2.953)	(162)	(3.115)					
Prejuízo antes dos impostos	6.127	70	6.197					
Imposto de renda e contribuição social	(574)	-	(574)	-	-	-	-	
Prejuízo do exercício	5.553	70	5.623					

Os impactos nas demonstrações de resultados abrangentes e demonstrações das mutações do patrimônio líquido são reflexos dos ajustes demonstrados acima. Os ajustes acima trouxeram os seguintes impactos na demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2021:

	31/12/2021			Reapresentado	01/01/2021			Reapresentado
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	8.755	187	8.942	-	-	-	-	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(226)	-	(226)	-	-	-	-	
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	(4.968)	(187)	(5.155)	-	-	-	-	
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	3.561	-	3.561	-	-	-	-	

2.3. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. i) Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de informações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela administração. Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Os principais ativos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outros ativos. ii) Passivos financeiros: Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado. Os principais passivos financeiros da Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento, partes relacionadas. iii) Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO				
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021				
<i>(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</i>				
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Receita operacional líquida	15	16.039	15.578	-
Custo dos produtos vendidos	16	(7.863)	(5.705)	-
Lucro bruto		8.176	9.873	
Despesas operacionais				
Gerais e administrativas	17	(246)	(89)	-
Outras despesas operacionais líquidas		(410)	(472)	-
Lucro operacional		7.520	9.312	
Resultado financeiro, líquido	18	(2.906)	(3.115)	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		4.614	6.197	
Imposto de renda e contribuição social	19	(808)	(574)	-
Lucro líquido do exercício		3.806	5.623	
Lucro básico e diluído por ação - R\$	20	0,11	0,16	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021	Reapresentado
	31/12/2022	31/12/2021	
Lucro líquido do exercício	3.806	5.623	5.623
Resultado abrangente	3.806	5.623	5.623

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

panhia é controlada diretamente pela acionista ADS ER Complexo Eólico Corredor do Senandes S.A. ("Complexo do Senandes") e indiretamente pela NC Energias Renováveis S.A. A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 20 de abril de 2023. **Impactos da pandemia de Covid-19:** Apesar da paralisação de vários setores produtivos e fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), até o momento a Companhia não sofreu impactos em sua operação. Adicionalmente, a Companhia possui contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) que compra toda a energia gerada pela Companhia. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da UGC. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas incluindo as de cunho social: • Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, com o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo; • Medida de redução do contágio entre os colaboradores, adotando o home office, afastando os que estão mais expostos ao grupo de risco, com mulheres grávidas, colaboradores com mais de 60 anos, entre outros. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Representação de valores correspondentes:** Em 1 de janeiro de 2019 entrou em vigor o CPC 06(R2) - Arrendamentos. Tendo em vista que a Companhia não realizou a implementação do referido CPC desde sua vigência, a Companhia fez adoção integral de forma retrospectiva e portanto, representou suas demonstrações financeiras a fim de demonstrar os impactos efetivos da norma vigente seguindo as orientações estabelecidas pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os saldos reapresentados foram afetados da seguinte forma: a) Balanço patrimonial:

	31/12/2021		Reapresentado	01/01/2021		Reapresentado
	Originalmente apresentado	Ajustes		Originalmente apresentado	Ajustes	
Total do ativo	13.825	-	13.825	9.632	-	9.632
Ativo não circulante						
Direito de uso de ativos	-	1.397	-	1.455	-	1.455
Outros ativos não circulantes	65.308	-	65.308	68.964	-	68.964
Total do ativo não circulante	65.308	1.397	66.705	68.964	1.455	70.419
Total do ativo	79.133	1.397	80.530	78.596	1.455	80.051
Passivo e patrimônio líquido						
Passivos de arrendamento	-	196	-	186	-	186
Outros passivos circulantes	7.822	-	7.822	6.669	-	6.669
Total do passivo circulante	7.822	196	8.018	6.669	186	6.855
Passivos de arrendamento	-	1.305	-	1.340	-	1.340
Outros passivos não circulantes	37.394	-	37.394	42.347	-	42.347
Total do passivo não circulante	37.394	1.305	38.699	42.347	1.340	43.687
Prejuízos acumulados	4.281	104	4.385	430	71	359
Outros itens do patrimônio líquido	29.428	-	29.428	29.150	-	29.150
Total Patrimônio líquido	33.709	104	33.813	29.580	71	29.509
Total do passivo e patrimônio líquido	78.925	1.605	80.530	78.596	1.597	80.051

e liquidar o passivo simultaneamente. iv) Redução do valor recuperável de ativos financeiros (*Impairment*): A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem a caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados, inicialmente, a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Incluem aplicações financeiras de liquidez imediata e constituem garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento junto ao BNDES (Nota 7). **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber têm origem nos valores de venda de energia LER, onde os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leilada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia exclusivamente para as cotas de energia de reserva contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzida das perdas ou impairment como perdas incorridas ou estimadas. **2.7. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os seus subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alcar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos serão revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior do que o valor recuperável estimado. **2.8. Intangível:** O intangível inclui licenças e direitos para implantação e operação do Projeto, com vida útil definida e aquisição de terceiros, registrados ao custo e deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base no prazo do Contrato de Energia de Reserva (CER), 20 anos a partir do início das operações. **2.9. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.10. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigadas a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. **2.11. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia conforme

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021					
<i>(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</i>					